UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JULIO DE MESQUITA FILHO"
FACULDADE DE CIÊNCIAS - CAMPUS DE BAURU
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

LÍVIA FINI RODRIGUES

O PAPEL DO INTERPRETE DE LIBRAS NO ENSINO FUNDAMENTAL I

BAURU
2015

Rodrigues, Livia Fini.

O papel do intérprete de libras no ensino fundamental / Livia Fini Rodrigues, 2015.

42 f.

Orientador: Prof^a Dr^a Eliana Marques Zanatta.

Monografia (Graduação)-Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências, Bauru, 2015.

1.Libras. 2. Surdos. 3.Intérprete. I. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências. II. Título.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JULIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS - CAMPUS DE BAURU
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

LÍVIA FINI RODRIGUES

O PAPEL DO INTERPRETE DE LIBRAS NO ENSINO FUNDAMENTAL I

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Educação
da Faculdade de Ciências – UNESP, Bauru,
como parte dos requisitos para obtenção do
título de licenciatura em Pedagogia,
sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Eliana
Marques Zanata

BAURU

2015

LÍVIA FINI RODRIGUES

O PAPEL DO INTERPRETE DE LIBRAS NO ENSINO FUNDAMENTAL I

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Educação da Faculdade de Ciências – UNESP, Bauru, como parte dos requisitos para obtenção do título de licenciatura em Pedagogia, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Eliana Marques Zanata

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Eliana Marques Zanata – orientadora
Faculdade de Ciências – UNESP - Bauru

Prof.^a Dr.^a Vera Lucia Messias Fialho Capellini
Faculdade de Ciências – UNESP – Bauru

Prof. Dr. Celso Socorro
Faculdade de Ciências – UNESP - Bauru

Bauru
2015

Dedico este trabalho a toda comunidade Surda
por me permitir fazer parte do seu mundo!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me dar forças todos os dias para concluir esse curso.

Agradeço a minha orientadora e mentora professora Eliana Marques Zanata pela ajuda, paciência e a divisão do seu saber comigo.

Agradeço a minha filha Liz, razão do meu viver, pois sem o brilho do seu sorriso não teria chegado até aqui.

Agradeço aos meus familiares, meu pai Sebastião, e principalmente a minha mãe Mércia orgulho da minha vida e meu maior exemplo de vida, e a minha irmã Ivy, grande exemplo de pessoa, pelo incentivo e ajuda todas as noites.

Agradeço ao meu noivo Bruno que também me incentivou todos esses anos.

Agradeço a minha amiga Miquele, que ao meu lado batalhou, riu e chorou durante esses quatro anos.

Agradeço aos amigos Albert Molan, Murilo Barbosa, Ana Carolina Monari, , por tornar as viagens mais acolhedoras.

Agradeço aos meus sobrinhos Lucas e Tiago Ramazzina pelas experiências trabalhadas e aos meus cunhados Tamares e Flavio Ramazzina por terem permitido realizá-las

A todos, muito obrigada!

“Talvez não tenha conseguido fazer o melhor,
mas lutei para que o melhor fosse feito.
Não sou o que deveria ser, mas Graças a
Deus, não sou o que era antes”.
(Martin Luther King)

RESUMO

A língua brasileira de sinais é uma língua visual-espacial, que se manifesta através das mãos, expressões faciais e corporais, sendo considerada uma língua natural usada pela comunidade surda no Brasil. Sendo assim, no contexto escolar se torna fundamental o conhecimento da LIBRAS ao intérprete e ao aluno surdo, de modo que o papel do intérprete na sala de aula é intermediar as relações entre professores e os alunos. O objetivo deste trabalho consiste em investigar a importância do intérprete no processo educacional da criança surda e buscar mapear as possíveis dificuldades encontradas por ele dentro do seu espaço de trabalho, sob a ótica do intérprete que atua em sala de aula. Esta é uma pesquisa de abordagem qualitativa, que teve como instrumento de coleta de dados uma entrevista aberta em forma de questionário, versando sobre questões referentes ao papel e prática do intérprete de Libras na sala de aula como apoio ao aluno surdo em idade escolar. Para tanto, participaram da pesquisa duas intérpretes de LIBRAS que atuam em salas de aulas do ensino fundamental I na cidade de Jaú. Os resultados obtidos apontam que o papel do intérprete é de extrema importância para a educação da criança com deficiência auditiva, porém não é reconhecido e nem sempre aceito por professores e instituições escolares, quando sua real função é respeitada.

Palavras-chave: Libras. Surdo. Inclusão. Intérprete.

Abstract

The Brazilian sign language is a visual-spatial language, manifested through the hands, facial expressions and body, being considered a natural language used by the deaf community in Brazil. Thus, in a school context the knowledge of LIBRAS is fundamental to the interpreter and the deaf student, so, the role of the interpreter in the classroom is to mediate the relationship between teachers and students. The objective of this study is to investigate the importance of the interpreter in the educational process of the deaf child and try to map the possible difficulties found by him in his workspace, under his perspective in the classroom. This is a qualitative study, which had the data collection instrument as an open interview with questionnaire, dealing on issues concerning to the role and practice of the interpreter of Libras in the classroom to support the deaf student in school age. Therefore, participated in the study two interpreters of Libras who works in elementary school classrooms in the city of Jaú. The results shown that the interpreter's role is extremely important for the education of children with hearing impairment, but it's not recognized and many times not accepted by teachers and educational institutions, when its real function is respected.

Keywords: Libras. Deaf. Inclusion. Interpreter.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Tempo de serviço, formação e intencionalidade em trabalhar como intérprete.....	28
Quadro 2 – Percepção de sua atuação como intérprete.....	30
Quadro 3 – Desvio de função e possibilidades para reverter o quadro.....	31
Quadro 4 – Discriminação do interprete na escola e na sala de aula.....	33

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 DEFICIÊNCIA AUDITIVA, SURDEZ E LIBRAS.....	14
3 A ESCOLARIDADE DA PESSOA SURDA.....	19
4 O INTÉRPRETE E O INTERLOCUTOR DE LIBRAS NA ESCOLA.....	22
5 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	24
5.1 Tipos de pesquisa.....	24
5.2 Local da pesquisa.....	24
5.3 Participantes da pesquisa.....	25
5.4 Instrumento de coleta de dados.....	25
5.5 Delineamento da Pesquisa.....	25
5.6 Procedimentos para coleta de dados e análise dos resultados.....	26
6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	27
6.1 Percepções do diário de campo.....	27
6.2 A entrevista.....	28
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS.....	37
APÊNDICE.....	40
ANEXO.....	41

1 INTRODUÇÃO

Por muitos anos as pessoas com deficiências foram vistas de forma negativa, rejeitados pela sociedade, como por exemplo, na Grécia Antiga, onde eram deixados em penhascos para serem sacrificados, pois acreditava-se que as pessoas deficientes não podiam ser educadas e eram rotuladas de inabilitadas. (GOLDFELD, 2002).

Dentre as deficiências sensoriais, neste trabalho trataremos em especial da pessoa com surdez. Para tanto se faz necessário uma breve distinção entre Surdez e Deficiência Auditiva.

Buscando um referencial na história da humanidade referente ao tratamento dado as pessoas com deficiência, merece destaque que no Egito a pessoa com a deficiência auditiva era considerada mediadora entre deuses e faraós e por isso eram os mais respeitados na sociedade, diferente da China onde eram lançados ao mar. (SILKAR, 1997).

Já no início da Idade Moderna, a surdez e outros tipos de deficiências passaram a chamar a atenção de médicos e de classes religiosas. Percebeu-se que essas pessoas podiam falar e começaram a ser ensinadas a ler e escrever, diante disso, novos contextos surgiram e estudos sobre o desenvolvimento do surdo começaram a aparecer.

Fruto desses estudos encontramos correntes que se estabeleceram, em diferentes momentos históricos, voltadas a educação da pessoa surda. A abordagem Oral ou Oralismo na perspectiva unisensorial, propõe um método de intervenção em que a pessoa surda é conduzida a desenvolver a fala sendo estimulada por meio de amplificação sonora. Nesta mesma abordagem, mas numa perspectiva multisensorial, além do desenvolvimento da fala orientado pela amplificação sonora, também se apóia na leitura orofacial e outros recursos visuais de apoio ao desenvolvimento e compreensão da fala.

A abordagem oral teve como grande aliada a tecnologia dos novos aparelhos auditivos até o desenvolvimento de dispositivos como o implante coclear, que consiste em um implante de um aparelho eletrônico de alta complexidade tecnológica, que tem sido utilizado nos últimos para restaurar a função da audição nos pacientes portadores de surdez profunda que não se beneficiam do uso de

próteses auditivas convencionais. Tal aparelho consiste em um equipamento eletrônico computadorizado que teoricamente substitui o ouvido das pessoas surdas estimulando diretamente o nervo auditivo através de pequenos eletrodos que são colocados dentro da cóclea, que é uma estrutura altamente especializada como órgão receptor de sons, e o nervo então leva esses sinais para o cérebro.

Sob esta abordagem, a pessoa é compreendida como “com deficiência auditiva” e espera-se que ela seja incluída na sociedade ouvinte sem utilizar a Língua Brasileira de Sinais.

Sob essa perspectiva, a educação para pessoas, então denominadas como com deficiência auditiva, no Brasil, teve forte influência francesa, já que a primeira escola para surdos foi fundada em Paris em 1756 onde utilizavam uma abordagem manualista e oralista. (ALBRES, 2005).

Além da abordagem oral, ainda no processo de desenvolvimento e construção de conhecimento acerca da melhor maneira de se educar a pessoa surda, surge a abordagem da Comunicação Total, difundida no Brasil por Marta Ciccone na década de 80 do século XX. Nesta abordagem todos os recursos eram utilizados para que a comunicação com a pessoa surda pudesse ocorrer. Assim, a pessoa fazia uso de recursos de amplificação sonora, sinais padronizados, português sinalizado, expressão orofacial e, outros recursos se necessários, visando que a comunicação fosse efetiva. (DELIBERATO, 2001).

A terceira grande abordagem diz respeito ao bilingüismo, na qual a pessoa surda é compreendida como um sujeito de direitos, inclusive a ter a Língua de Sinais como sua língua materna e reconhecida oficialmente como língua de seu país. (GOLDFELD, 2002).

Para que a pessoa surda possa se comunicar com os ouvintes que não têm domínio da língua de sinais é necessária a presença de um interprete. O ato de interpretar está relacionado a um ato cognitivo-linguístico, sendo um processo em que o intérprete estará diante de pessoas que apresentam intenções comunicativas específicas, utilizando-se de línguas diferentes.

O interprete de LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais - está completamente envolvido na interação comunicativa e sócio-cultural do indivíduo surdo e tal interação tem o poder de influenciar a interpretação proporcionada a esse indivíduo. O interprete processa a informação dada na língua fonte, que nesse caso é a Língua Portuguesa falada, e faz escolhas lexicais, estruturais, semânticas e pragmáticas na

língua alvo, a Língua de Sinais, que devem aproximar-se o mais apropriadamente possível da informação dada da língua materna, ou seja, o interprete precisa dominar a língua brasileira de sinais, a língua portuguesa, os processos, modelos, técnicas e estratégias de tradução e interpretação.

Em se tratando agora, especificamente, da criança surda que inicia seu percurso escolar no ensino fundamental, é fundamental que ela tenha garantia de que haverá suporte para que a comunicação com as pessoas ouvintes, principalmente professores e colegas de sala, seja garantida com a presença de um interprete em sala de aula. Na atualidade há escolas que já contam com a presença deste profissional contudo, não é a maioria.

Conforme previsto no decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, a escola tem que promover a educação de alunos com deficiência, preferencialmente, em ambientes comuns e classes inclusivas, pois independentemente da origem e da natureza das dificuldades, estas pessoas tem direito à atenção especial, para que suas reais necessidades sejam atendidas e assim possam desenvolver-se em condições de igualdade. Porém a realidade descrita em pesquisas e depoimentos de alunos, pais e professores, é bem diferente do que previsto na legislação.

Neste contexto, o presente trabalho tem como proposta compreender o papel do interprete de LIBRAS dentro da sala de aula e sua influencia na educação da criança surda. O problema inquietante desse trabalho é buscar compreender as dificuldades encontradas pelas crianças surdas dentro da sala de aula regular e a dificuldade que o interprete encontra para desenvolver o seu trabalho.

O objetivo deste trabalho consiste em investigar a importância do papel do interprete no processo educacional da criança surda e buscar mapear as possíveis dificuldades encontradas por ele dentro do seu espaço de trabalho, sob a ótica do interprete que atua em sala de aula.

Os resultados ora descritos poderão vir a contribuir para a prática de futuros educadores e interpretes de LIBRAS para possam desenvolver o seu trabalho com qualidade e segurança.

Com a finalidade de organizar metodologicamente esta pesquisa, no segundo capítulo são apresentadas com mais probidade as definições e concepções, historicamente construídas, caracterizando a pessoa com deficiência auditiva, a pessoa com surdez e da LIBRAS

O terceiro capítulo propõe traçar um breve contexto histórico sobre escolaridade da pessoa surda no Brasil e as influências externas que sofreu.

No quarto capítulo uma discussão sobre o papel do intérprete e o surgimento particular do interlocutor de LIBRAS, no estado de São Paulo, o qual vem atuando em sala de aula. Também são pontuadas as dificuldades encontradas para a realização do trabalho.

Em termos metodológicos, a descrição detalhada dos materiais e métodos utilizados para a pesquisa e coleta de dados bem como o tipo de pesquisa a ser realizado, o local e participantes, assim como o instrumento para a coleta de dados, o delineamento da pesquisa e por fim os procedimentos para a coleta e análise dos resultados, estão todos devidamente descritos no capítulo 5.

Por fim, as discussões, dos resultados, e as considerações finais, fecham este trabalho com uma breve retrospectiva nas discussões principais do texto e os resultados, buscando respostas aos objetivos propostos voltados para o importante papel do intérprete de LIBRAS no processo de educação e alfabetização de alunos surdos na sala de aula.

2 DEFICIÊNCIA AUDITIVA, SURDEZ E LIBRAS

Para Tavares (2008), a pessoa surda tem sua identidade construída culturalmente a partir da perspectiva do sujeito ouvinte onde a sua inclusão é na verdade a tentativa de fazer o sujeito surdo falar quando na verdade sua língua materna deve ser além da língua portuguesa, a língua brasileira de sinais. A comunidade ouvinte rotula o surdo como incapacitado, impossibilitando sua real inclusão a sociedade e por consequência a construção de uma identidade distorcida inadequada.

Na perspectiva de Marchesi (1995), a deficiência auditiva é qualquer alteração produzida tanto no órgão da audição como na via auditiva e pode ser unilateral (apenas um ouvido) ou bilateral (ambos os ouvidos). Suas principais causas podem ser de origem genética, quando o indivíduo nasceu com a deficiência, ou adquirida, quando o indivíduo adquiriu essa deficiência no decorrer de sua vida. Pode também, manifestar-se isoladamente ou associada a outras anomalias genéticas.

Conforme a Organização Mundial da Saúde, a surdez pode ser classificada em graus leves, moderados, severos ou profundos. Considera-se de grau leve, quando o indivíduo ouve sons entre 26 a 40 dB (decibel – unidade utilizada para medir o nível de intensidade sonora); de grau moderado entre 41 a 60 dB; severo entre 61 a 80 dB e profundo, acima de 81 dB. Estes valores audiométricos são as médias tonais de 500 Hz, 1kHz, 2kHz e 4kHz.

Segundo Bevilacqua (1998, p.15), essas alterações podem ser descritas:

Deficiência leve: desde que não progrida geralmente não tem efeito significativo no desenvolvimento.

Deficiência moderada: pode afetar e atrasar o desenvolvimento de fala e linguagem, mas não impede que a criança fale.

Deficiência severa: pode impedir o desenvolvimento de fala e linguagem. Contudo, se for feito o uso do “aparelho auditivo”. Realizada uma boa intervenção terapêutica e houver um esforço contínuo, a criança poderá receber informações utilizando a audição para o aprendizado.

Deficiência profunda: se não houver intervenção, a fala e a linguagem dificilmente irão se desenvolver. Se houver uso do “aparelho auditivo” e intervenção terapêutica intensa, a fala e a linguagem podem ser desenvolvidas, embora de maneira lenta e com dificuldade.[...] Frequentemente irão se valer da leitura orofacial e da linguagem de sinais.

Portanto a principal consequência da surdez consiste em sua repercussão no desenvolvimento da linguagem e da fala, e por sua vez, poderá interferir no processo de aprendizagem da criança surda.

Em relação à terminologia, Zanata (2004) afirma que o termo deficiente auditivo é adotado para pessoas que possuem um déficit na audição podendo ser corrigido ou amenizado mediante amplificação sonora. No caso de pessoas consideradas surdas, as abordagens envolvem aspectos de ordem social, e vai muito além dos aspectos clínicos, passando pela questão referente à identidade grupal e comunidade dos surdos.

Uma importante fundamentação da educação dos surdos é a discussão de Vygotsky, que considera a linguagem como determinante na formação dos processos mentais, que estudou e apresentou aspectos do desenvolvimento da criança e sua relação com a aprendizagem. Em estudos registra suas principais ideias sobre a educação de surdos e faz críticas ao método oral puro, onde considera que a educação acabava recorrendo a severidade e coação sobre a criança. (VYGOTSKY, 1997).

No Brasil, alguns fatos históricos foram relevantes para a constituição e legalização do intérprete de LIBRAS, que teve início em trabalhos religiosos por volta dos anos 80. O 1º Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais foi realizado em 1988, e promoveu pela primeira vez, a interação e troca de experiências entre alguns intérpretes do Brasil assim como a avaliação sobre a ética deste profissional. O 2º encontro foi realizado em 1992, nesta ocasião foram realizadas discussões e votação do regimento interno do Departamento Nacional de Intérpretes fundado mediante a aprovação do mesmo. Em 1993 e 1994 foram realizados alguns encontros estaduais, e apenas em abril de 2002, ocorreu a homologação da Lei Federal nº. 10.436, onde reconhece a Língua Brasileira de Sinais como língua oficial das comunidades surdas brasileiras. (BRASIL, 2002)

É possível dizer que esta lei representou uma grande conquista em todo o processo dos movimentos sociais e de surdos, provocando consequências favoráveis para o reconhecimento do profissional intérprete de LIBRAS no Brasil. (QUADROS, 1995).

Quadros (1995), afirma que a língua brasileira de sinais é uma língua visual-espacial, que se manifesta através das mãos, expressões faciais e corporais, sendo considerada uma língua natural usada pela comunidade surda

no Brasil, sendo assim, o conhecimento total de LIBRAS é indispensável ao intérprete, tais como a fonologia, a semântica, a morfologia e a sintaxe. Para orientar o trabalho do intérprete existe o código de ética, pautado na relação que este profissional estabelece com as partes envolvidas, responsabilizando-se pela veracidade das informações transmitidas e o papel desse profissional na sala de aula é intermediar as relações entre professores e os alunos, tanto surdos como ouvintes. No entanto, existem vários problemas em relação à função do intérprete educacional, sendo muitas vezes, confundido com o papel do professor. Isso devido a diversos fatores, como por exemplo a postura do professor em delegar ao intérprete responsabilidades que não são de sua competência, o posicionamento do próprio intérprete em responder e discutir com os alunos surdos e ouvintes, questões relacionadas aos tópicos abordados durante a aula, nessa perspectiva, muitas vezes este profissional é visto pelo professor e pelos alunos, como um professor de apoio, resultando na perda da especificidade do trabalho do intérprete, que por sua vez, tem dificuldades em identificar o seu papel no processo educacional.

O intérprete de LIBRAS é um elemento importante para garantir a comunicação e acessibilidade do aluno surdo na sala de aula. Contudo, para contribuir para a qualidade da aprendizagem destes, é necessário considerar outros aspectos importantes, como a iluminação adequada, visto que o professor pode vir a utilizar o retro projetor e o vídeo durante a aula, e, portanto, as condições da sala de aula devem ser favoráveis à visualização dos alunos surdos, como também a proposta curricular de acordo com a necessidade da criança, dentre muitos outros aspectos que podem ser repensados numa proposta inclusiva. (BRASIL, 2004).

Com base nos estudos de Rosa (2006), quando o intérprete de LIBRAS é inserido em sala de aula inclusiva com alunos ouvintes, é dada ao aluno surdo a possibilidade de apropriar-se do conteúdo escolar em língua de sinais, por meio deste profissional. Porém, a autora afirma que somente o conhecimento de LIBRAS não é suficiente para garantir ao aluno surdo a compreensão de conhecimentos científicos, pois se o profissional não tiver o entendimento do assunto não poderá traduzir adequadamente o conteúdo passado pelo professor.

A presença do intérprete de LIBRAS na sala de aula, não garante que outras necessidades dos alunos surdos sejam supridas como descreve a autora a seguir:

A presença do intérprete não assegura que questões metodológicas, levando em conta os processos próprios de acesso ao conhecimento, sejam consideradas ou que o currículo escolar sofra ajustes para contemplar peculiaridades e aspectos culturais da comunidade surda. [...] Por fim, não há garantia de que o espaço sócio-educacional em um sentido amplo contemple o aluno surdo, pois este poderá permanecer, de certa forma, às margens da vida escolar. A presença do intérprete pode mascarar uma inclusão que exclui. E sendo esse intérprete generalista, normalmente com uma formação acadêmica totalmente diferente daquela no qual o surdo está inserido, a aquisição dos saberes curriculares continua sendo secundária na vida escolar do aluno surdo. (ROSA, 2006, p.89).

Porém, pela Lei nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, o direito ao intérprete educacional é garantido ao aluno surdo somente no Ensino Superior (BRASIL, 2003).

PORTARIA nº 3.284, de 7 de novembro de 2003: Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, INTERINO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997, e considerando a necessidade de assegurar aos portadores de deficiência física e sensorial condições básicas de acesso ao ensino superior, de mobilidade e de utilização de equipamentos e instalações das instituições de ensino, resolve:

III - quanto a alunos portadores de deficiência auditiva, compromisso formal da instituição, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso:

- a) de propiciar, sempre que necessário, intérprete de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização e revisão de provas, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno;
- b) de adotar flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;
- c) de estimular o aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita, para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado;
- d) de proporcionar aos professores acesso a literatura e informações sobre a especificidade linguística do portador de deficiência auditiva.

Com essa lei as instituições de ensino superior tiveram que se adequar aos alunos surdos, porém muitas vezes o papel do interprete é realizado por algum aluno bolsista da própria instituição o que acaba prejudicando a educação do aluno.

Dentro das escolas municipais e estaduais a lei ainda não se aplica apesar de muitas escolas já abrirem suas portas a essas crianças e tentarem se adequar as suas necessidades.

3 A ESCOLARIDADE DA PESSOA SURDA

Conforme descrito na introdução deste trabalho, as abordagens de reabilitação da pessoa com surdez também estavam presentes na educação básica, passando pelas mesmas reformas e ajustes, no que diz respeito ao processo de escolarização da pessoa surda. Contudo, dentre elas destacam –se três: o oralismo, a comunicação total e o bilinguismo.

O oralismo teve seu início por volta de 1880 em um congresso internacional de surdos ocorrido em Milão, onde um grupo de professores ouvintes impôs que a língua de sinais fosse abolida e o oralismo ocupasse o seu lugar no processo educacional da pessoa surda.

Passou então a ser estimulado na criança surda a aquisição da língua oral. Um dos métodos utilizados foi o Método Perdoncini que baseia-se em uma fundamentação fisiológica e na linguística que asseguram o desenvolvimento da linguagem oral mediante uma educação auditiva e estruturação de linguagem, sendo assim a criança inserida o mais próximo possível da comunidade ouvinte. (COUTO, 1998)

No Brasil, o oralismo passou a ser usado como proposta de ensino em 1979, objetivando a preparação dos alunos surdos para serem incluídos na sociedade ouvinte. Portanto o oralismo era visto como uma alternativa para desenvolver habilidades de fala, leitura orofacial e escrita para que alunos surdos tenham integração social. (ALBRES, 2005)

Já no final do século XX, entre as décadas de 80 e 90, surge como contra proposta ao oralismo a comunicação total, que segundo Deliberato (2001) consiste no uso de todos os meios de comunicação, como sinais e fala, língua de sinais, alfabeto manual, entre outros, no entanto a linguagem de sinais não é utilizada de forma constante dificultando a aprendizagem da criança surda.

Para Perlin e Strobel (2006) a comunicação total surgiu após o fracasso do oralismo puro, onde se excluía a linguagem de sinais. Tentaram então a junção das linguagens (oralismo e linguagem de sinais) resultando em uma terceira modalidade: o bimodalismo ou português sinalizado, que recebeu muitas críticas pois incentivava o uso inadequado da língua de sinais, já que esta possui gramática distinta da língua portuguesa.

Segundo Albres (2005), em 1997 no Brasil, o Ministério da Educação lança um documento de Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental com o intuito de capacitar profissionais da educação a identificar e classificar conceitos sobre a surdez, educação de surdos e estudos linguísticos relacionados a LIBRAS, porém esse material era direcionado apenas a escolas comuns ou sala de recursos e não especificava o uso para disciplinas escolares.

Já ao bilinguismo, Goldfeld (2002) defende que a criança surda aprenda e use a linguagem de sinais como forma de linguagem mais acessível já que é considerada sua linguagem natural, porém que se aprenda a linguagem oral e escrita do país, não de forma simultânea mas como línguas distintas pois possuem estruturas gramaticais diferentes.

O autor afirma que:

O bilinguismo tem como pressuposto básico que o surdo deve ser bilíngue, ou seja, deve adquirir como língua materna a língua de sinais, que é considerada a língua natural dos surdos e, como segunda língua, a língua oficial de seu país (...) os autores ligados ao bilinguismo percebem o surdo de forma bastante diferente dos autores oralistas e da comunicação total. Para os bilinguistas, o surdo não precisa almejar uma vida semelhante ao ouvinte, podendo assumir sua surdez (GOLDFELD, 2002, p.38).

Schiavon e Zanata (2008) afirma que a pessoa surda busca por meio da linguagem de sinais estabelecer relações, comunicar e interagir com a sociedade, ou seja, garantir o desenvolvimento intelectual e social do indivíduo através da linguagem de sinais. Escolas com propostas bilíngues, que propiciem ao aluno surdo o ensino de duas línguas, são mais recomendadas e adequadas para uma educação de qualidade.

No Brasil, o Ministério da Educação propôs em 2002 a abordagem bilíngue para a educação de crianças surdas e disponibiliza o Programa Nacional de Educação de Surdos com o objetivo de promover cursos e capacitação para professores e instrutores surdos ministrarem cursos de LIBRAS e para professores e instrutores de LIBRAS e professores regulares ministrarem aulas para surdos. Foi criado também um Centro de Profissionais da Educação e Atendimento as pessoas com surdez tendo a finalidade de socializar dados e pesquisas referentes a educação de surdos. (ALBRES, 2005).

Porém para que haja um modelo educacional realmente eficaz é necessário um ambiente escolar favorável, capaz despertar as percepções dos alunos surdos

para poderem explorar o mundo e apropriar-se de conteúdos científicos, culturais e sociais, sendo necessário atender a novas formas de introduzi-los e envolvê-los em atividades coletivas, proporcionando o aperfeiçoamento de suas competências, já que crianças surdas são tão capazes quanto as demais crianças ouvintes (ZYCH, 2003).

4 O INTERPRETE E O INTERLOCUTOR DE LIBRAS NA ESCOLA

Frente as proposições e fundamentos expressos na abordagem bilíngue é necessário definir a função de um interprete e de um interlocutor no processo de escolarização da criança com surdez.

Atualmente as escolas inclusivas tem se mobilizado no sentido de organizar suportes para o acolhimento educacional do surdo. Assim, escolas contam hoje com salas de recursos, professores itinerantes e, em muitas delas com a presença do interprete ou do interlocutor.

O interprete de LIBRAS é um profissional que domina a língua de sinais e a língua falada do país, considerada a língua materna, que é qualificado para desempenhar a função de intérprete. No Brasil, o intérprete deve dominar a língua brasileira de sinais e língua portuguesa, além do domínio das línguas envolvidas no processo de tradução e interpretação, o profissional precisa ter qualificação específica para atuar como tal, ou seja, ter domínio dos processos, dos modelos, das estratégias e técnicas de tradução e interpretação bem como uma formação específica na área de sua atuação, portanto é aconselhável que para trabalhar dentro de uma sala de aula de ensino fundamental o interprete tenha uma formação pedagógica para poder auxiliar melhor em seu trabalho.

No estado de São Paulo, com a intenção de sanar as necessidades imediatas da presença de um interprete de Libras nas salas de aula das escolas de educação básica, a Secretaria da Educação do Estado, a partir do ano de 2009, inclui em seu quadro a função de interlocutor, definida legalmente pela Resolução SE Nº 38/2009. Desta forma, o perfil do interlocutor deve ser de interpretar por meio da linguagem de sinais as atividades didáticas – pedagógicas e culturais desenvolvidas em sala de aula, permitindo o acesso aos conteúdos curriculares, cabendo ao interlocutor ser imparcial, flexível e ter autonomia para selecionar as ideias pertinentes ao conteúdo fazendo com que o aluno surdo compreenda e entenda. Para tal, a necessidade do interlocutor ter uma formação voltada para a educação é fundamental.

Sob a ótica das reais necessidades do educando surdo na escola, e, frente as qualificações e funções exigidas para ser um interprete e interlocutor, podemos inferir alguns questionamentos e considerações. Seria suficiente a presença de um

interlocutor em sala de aula? A formação do interprete atualmente é suficiente para suprir todas as necessidades dos surdos em idade escolar?

Para essas questões as respostas não tendem a ser animadoras, pois somente a presença de um interlocutor ou mesmo de um interprete dentro de uma sala de aula não seria o suficiente para garantir um ensino de qualidade para um aluno surdo, bem como as formações exigidas para a contratação de interpretes ou interlocutores. Além de uma formação especifica seria necessária uma formação voltada somente para o desenvolvimento de um trabalho com um aluno surdo, assim como é especifica para um aluno ouvinte, mas quem deveria se responsabilizar pela formação destes profissionais se para as escolas ter esse profissional muitas vezes se torna mais um incomodo do que uma ajuda?

Durante muitos anos o governo tentou capacitar professores de educação especial com o intuito de que pudessem desenvolver em seus alunos uma educação que acompanhasse os alunos de classes normais e apresentasse resultados próximo a alunos ouvintes, porem esses resultados não foram alcançados (ZANATA; MENDES, 2008).

Para que a educação de qualidade com alunos surdos ocorra é necessário que o aluno surdo seja realmente incluído e se torne parte do cotidiano escolar, aceitando a ajuda do interprete ou interlocutor e a escola veja o interprete como papel fundamental para a educação.

5 METODOLOGIA DA PESQUISA

Nesse trabalho sobre o papel do interprete de LIBRAS dentro da sala de aula, será abordado o trabalho desenvolvido por ele, sua interferência na educação de uma criança surda e o tipo de formação que o mesmo deve possuir para exercer o trabalho.

5.1 Tipo de pesquisa

Esta é uma pesquisa de abordagem qualitativa, que teve como instrumento de coleta de dados uma entrevista aberta em forma de questionário, versando sobre questões referentes ao papel e prática do interprete de Libras na sala de aula como apoio ao aluno surdo em idade escolar. Para tanto, participaram da pesquisa duas interpretes de LIBRAS que atuam em salas de aulas do ensino fundamental I na cidade de Jaú.

5.2 Local da pesquisa

A pesquisa foi realizada em duas escolas municipais da cidade de Jaú.

A primeira escola chamada de escola X fica localizada no centro da cidade e atende alunos de classe média baixa. Tem capacidade para 200 alunos divididos entre dois primeiros anos, dois segundos anos, um terceiro ano, um quarto ano e um quinto ano. Conta com um quadro de cinco professores efetivos e dois substitutos e recentemente essa escola recebeu uma reforma, no aspecto físico, recentemente, e conta com pintura nova, carteiras e biblioteca novos. Não possui sala de recursos para o atendimento educacional de crianças com necessidades especiais.

A segunda escola chamada de escola Y fica localizada em um bairro mais afastado considerado periferia, e atende alunos de camadas populares. Tem capacidade para 112 alunos divididos em um primeiro ano um segundo ano, um terceiro ano, um quarto e um quinto ano e todos os professores são efetivos. Ainda que localizada em uma periferia que requer ainda muita atenção do poder público em termos de infraestrutura, a escola encontra-se em bom estado de conservação e recebe sempre manutenção mantendo assim aparência de escola nova. Também

não possui sala de recursos para o atendimento educacional de crianças com necessidades especiais.

5.3 Participantes da pesquisa

Participaram da pesquisa duas interpretes de LIBRAS.

A primeira interprete chamada de interprete A, é aluna concluinte do curso de licenciatura em pedagogia e trabalha na área há cinco anos. Aprendeu LIBRAS através de um curso de 180 horas. Trabalha na escola X, exercendo a função de interprete de um menino do segundo ano do ensino fundamental.

A segunda interprete é formada em letras com pós-graduação lato sensu em Educação Especial e trabalha na área há dez anos. Aprendeu LIBRAS através de um curso de 180 horas. Trabalha na escola Y exercendo a função de interprete de um menino que cursa o quinto ano do ensino fundamental e no período contrário trabalha como professora efetiva de letras em uma escola estadual.

5.4 Instrumentos de coleta de dados

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram as entrevistas com questionários abertos e visitação dos espaços descritos.

5.5 Delineamento da pesquisa

Inicialmente foi elaborado um levantamento bibliográfico nas bases de dados online em busca de artigos e textos que versassem sobre as questões que envolvem o interprete de Libras em sala de aula.

Na sequencia, com base nos estudos levantados, foram elaboradas questões abertas para comporem uma entrevista em forma de questionário, constantes no apêndice A, a ser realizada com as duas interpretes.

O passo seguinte foi localizar na cidade de Jaú interpretes Libras que atuavam em sala de aula inclusiva, nas series iniciais do Ensino Fundamental, entrar em contato com elas e realizar o convite para participação na pesquisa. Foram então localizadas duas escolas que se enquadravam nos critérios e, uma vez feito o

convite, as interpretes foram esclarecidas sobre o teor da pesquisa e assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido, constante no apêndice B.

Em dia e horário marcado com antecedência a pesquisadora se dirigiu as escolas separadamente e entregou as questões para as interpretes. As respostas foram audiogravadas e posteriormente transcritas.

Na sequencia as respostas foram agrupadas e organizadas em forma de quadros por similaridade. Posteriormente os quadros foram analisados à luz da literatura.

5.6 Procedimentos para coleta de dados e análise dos resultados

Os dados foram coletados através de entrevistas com questionários abertos com as interpretes e observação dos espaços.

As entrevistas foram realizadas no mês de maio com o intervalo de uma semana para cada interprete.

As observações foram feitas durante o ano de 2014 em visitas as escolas e conversas informais com coordenadoras e alguns professores.

Os resultados foram analisados durante todo o ano e serão apresentados no capítulo a seguir.

6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

6.1. Percepções do diário de campo.

Durante o período de observação das salas de aula inclusivas, com a presença do interprete de Libras, foi possível traçar um panorama dos contextos em pauta.

A Escola A que contava com os serviços da Interprete A apresenta um ambiente aparentemente comum, os professores efetivos possuem uma boa comunicação entre si e se ajudam sempre que possível, porem com os professores que não são efetivos o tratamento muda e os pequenos encontros que acontecem na sala dos professores pode se observar uma conversa formal.

Dentro da sala de aula regular, que não conta com aluno com deficiência, as aulas transcorrem dentro das normas e padrões estabelecidos na escola e não há ocorrências graves de indisciplina ou falta de conteúdo pedagógico. Na sala de aula regular com a criança surda e o interprete a aula é ministrada com dedicação, mas, não há naturalidade por parte da professora, talvez por ter alguém interpretando todos os seus conteúdos a professora se sinta intimidada em exercer seu trabalho. Por muitas vezes problemas com indisciplina entre a criança surda e os demais colegas ocorrem e a professor por medo de reprender acaba não relatado as ações.

A interprete A trabalha com dedicação, mas muitas vezes em vão, pois a criança surda que auxilia se nega a aceitar sua ajuda e insiste em apenas copiar o conteúdo da lousa.

Em se tratando da Escola B, na qual atuava a Interprete B, o ambiente escolar trabalha como uma família unida que se ajuda e se completa. Os professores são todos efetivos e todos se auxiliam e trocam ideias durante as HTPCs, intervalo dos alunos.

Dentro das salas de aulas regulares sem inclusão, os professores mostram muita dedicação ao trabalho e desenvolvem as aulas de forma organizada e com conteúdo pedagógico.

Na sala de aula regular com o aluno surdo a professora não tem problemas em ministrar sua aula acompanhada de uma interprete e quando algum problema de indisciplina ocorre com a criança surda não hesita em puni-lo como os demais.

A interprete desenvolve bem o seu trabalho e acompanha a mesma criança há três anos, talvez por isso já consiga desenvolver seu trabalho com naturalidade e recebe bastante aceitação por parte da criança.

6.2. A entrevista

A entrevista realizada contava de dez questões que foram respondidas pelas duas interpretes. Os resultados são apresentados e analisados mediante o agrupamento dos temas, de forma que as perguntas e respostas não estão descritas linearmente conforme foram feitas. Vale destacar que não há intenção de traçar um quadro comparativo entre as interpretes, mas sim a proposta é a realização de uma análise qualitativa a luz da literatura, sempre que pertinente.

Assim sendo, visando garantir o anonimato das interpretes, doravante serão identificadas como Interprete A e Interprete B, lembrando que elas atuam em escolas diferentes.

As primeiras questões propostas versaram sobre o tempo de serviço que tinham na função de interprete e sua formação. As respostas estão compiladas no quadro1.

Quadro 1: Tempo de serviço, formação e intencionalidade em trabalhar como interprete

	Interprete A	Interprete B
Formação	Comecei aprendendo algumas palavras por causa de uma amiga surda que estudou comigo no segundo ano do ensino médio e acabei me interessando por essa linguagem. Fiz o curso na ASJA (Associação de Surdos de Jaú) e comecei com trabalhos pequenos como auxiliar essa própria colega em sala de aula, ajudar na própria associação e assim foi surgindo trabalho até eu entrar na prefeitura. Concluo esse ano licenciatura em pedagogia nas Faculdades Integradas	Comecei a fazer o curso quando estava no último ano da faculdade e me apaixonei pela língua. Sou formada em Letras pela FIJ (Faculdades Integradas de Jaú), com pós em educação especial também pela própria faculdade.

	de Jaú.	
Tempo de serviço	Trabalho como interprete de LIBRAS há uns cinco anos.	Trabalho como interprete a dez anos mais ou menos.
Intenção em trabalhar como interprete	Como eu já trabalhava nessa área quando comecei a graduação já tinha essa vontade sim, mais não pretendo trabalhar apenas com isso.	Sim, foi durante a minha formação que eu descobri que queria trabalhar com crianças surdas.

Em relação a formação a interprete A termina seu curso de graduação em pedagogia nas Faculdades Integradas de Jaú no ano de 2014 e tem intenção em fazer pós graduação com educação especial para poder continuar com seu trabalho com mais qualidade.

A interprete B é formada em Letras no ano de 2004 pelas Faculdades Integradas de Jaú e pós-graduação em educação especial pela mesma instituição.

A interprete que atua há mais tempo conta com cerca de 10 anos de experiência, o que vem nos leva a inferir que, em uma cidade do interior do estado de São Paulo, com pouco mais de 130 mil habitantes, se faz presente o interprete de Libras, indo ao encontro do que preconiza do Decreto 10.436 (BRASIL, 2002), que reconhecendo a Libras como Língua Nacional, estende aos usuários o direito da presença de um interprete.

Em relação a intenção de atuar como interprete a interprete A começou com uma simples ajuda a uma colega e percebeu que poderia ajudar mais pessoas com o mesmo problema, porém não pretende apenas trabalhar nessa área e ser interprete, quer assim que se formar ter sua própria sala de aula e até mesmo seu consultório como psicopedagoga.

A interprete B trabalha a um bom tempo nessa área (10 anos) e gosta muito do que faz, porém trabalha na sua área de formação dando aulas no estado e algumas aulas particulares, mas sua maior dedicação é ser interprete e tenta junto com a associação de surdos de Jaú implantar uma escola bilíngue na cidade.

Quadro 2: Percepção de sua atuação como interprete

	Interprete A	Interprete B
Descrição da atuação como interprete	Trabalho dentro de uma sala de aula sentada em uma carteira ao lado da criança que precisa do auxílio. Tudo o que a professora explica eu tento passar para a criança, e sempre passar, nunca explicar porque eu papel é apenas reproduzir o que a professora ensina e isso é o maior desafio porque muitas vezes entendemos de outra maneira ou a criança não entende e você sabe que pode ajudar mais se eu ajudar estou interferindo no papel do professor e de maneira nenhuma posso interferir, opinar. Tem professores que até pedem ajuda ai até consigo fazer algo mais tem professor que não gosta nem da minha presença entro de sala de aula, acha que estou lá para vigiar e contar para a mãe da criança surda se ela está dando aula pro filho mesmo. É muito complicado.	Eu estou acompanhando um menino a três anos. Quando ele começou o segundo ano, comecei o trabalho de interprete e agora estamos caminhando para o quinto ano já. Todos os dias sento ao lado dele e a aula caminha de forma normal e agradável, como a classe está com ele desde o começo as crianças já acostumaram com a minha presença.
Percepção de como deveria ser a atuação como interprete	Pra falar a verdade acho que ele não ocorre de forma correta. Já houve vezes da professora não poder dar aula e eu ter que substituir com a classe, já houve vezes de eu ter que ajudar a fazer recortes e ter que deixar de lado a criança, as vezes a própria criança não quer a ajuda porque se sente diferente das outras crianças.... Acho que falta muito ainda para se ter um trabalho adequado.	Olha com essa professora que ele está esse ano sim, pois não faço apenas o papel de transmitir a aula mais também posso ajudá-lo em alguma dificuldade, se acho que ele não está entendendo o conteúdo da maneira que a professora explica eu tenho total autonomia para explicar de outra maneira. A professora e eu fazemos reuniões semanais para definir conteúdo para ele na semana, ela já me passando com antecedência eu consigo estuar em casa e descobrir a melhor maneira de trabalhar. No começo foi muito difícil

		porque encontramos pelo caminho professores que não queriam colaborar, achava que ele era um estorvo na classe e a minha presença só atrapalhava.

Dentre a legislação que regulamenta as atribuições e funções do intérprete de Língua de Sinais no contexto escolar, destaca-se o decreto 5.626/05 (BRASIL, 2005), que dispõe sobre a formação e o trabalho que se requer para o tradutor e intérprete de LIBRAS, onde o artigo 14º descreve sobre sua função, a qual consiste em viabilizar a comunicação, à informação e à educação nas atividades e nos conteúdos curriculares, desde a educação infantil até o superior sendo exigido habilitação em curso superior de tradução e interpretação, com habilitação em LIBRAS, ou nível médio, desde que tenha obtido a formação até 2015, ou certificação de proficiência emitida pela União.

As interpretes entrevistadas possuem o curso de LIBRAS oferecido pela associação de surdos da cidade de Jaú e habilitações voltadas para a educação, nenhuma, porém possuiu formação específica em tradução e interpretação com habilitação em LIBRAS, talvez por isso o trabalho não seja tão valorizado e visto como uma profissão regulamentada e extremamente importante pra a formação de crianças com deficiência auditiva, além de tudo o trabalho colaborativo entre professor e interprete é de extrema importância pois manifestam interesse na análise crítica de suas ações e se sentem motivados a compreender as necessidades pedagógicas e as particularidades de seus alunos. (MAGALHÃES, 1994).

Quadro 3: Desvio de função e possibilidades para reverter o quadro

	Interprete A	Interprete B
Desvio de função de interprete	Várias vezes tive que substituir a professora da classe ou ajudar outros alunos. Pra escola é muito melhor que eu substitua do que ter que chamar outro professor e pagar. Sempre que fala algum professor eu tenho que substituir.	Esse ano até agora não precisei substituir ninguém, mais em anos que a professora não acha minha presença necessária, no mínimo uma vez por semana

	Ajudar outras crianças não, porque como falei, a professora não permite que interfira no trabalho dela ou manifeste alguma opinião.	arranjam outro serviço pra eu fazer. Agora ajudar, eu sempre estou. Tenho dó se alguma criança me pede para ajudar e eu digo não, todos precisam de ajuda alguma vez na vida e não podemos nos recusar, principalmente como educadores. E essa classe eu acompanho desse o segundo ano, são como meus alunos também.
Possibilidades para reverter o quadro, melhorar o trabalho de interprete	Acho que falta mais apoio, incentivo. Os professores regulares não gostam dos interpretes dentro de sala de aula, e pior, não gostam dos alunos com deficiência. E não é só a surdes não é qualquer deficiência porque ai aumenta o trabalho. Claro que não são todos, mais a maioria e isso prejudica o nosso trabalho com as crianças. Se tivéssemos mais apoio dos órgãos públicos, dos professores as crianças nos aceitariam melhor e seria um pouco mais fácil atingir o objetivo que é auxiliar na educação.	O meu trabalho? Não sei, talvez o curso de pedagogia que eu pretendo fazer. Agora o trabalho de interprete como um todo, fala o reconhecimento pela sociedade. Imaginam como se não fizéssemos algo útil ou importante, pra que fazer isso, ele não escuta mesmo, é o que eu ouço. Em quanto não formos reconhecidos e valorizados nosso trabalho nunca chegará a ser o que esperamos e lutamos.
Possibilidade de apoio por parte da escola	Não, até tenta mais trabalha com poucos recursos. Nessa nova gestão o secretário tem comprometimento com as escolas então tenta ao máximo ajudar mais já houve gestão de não ter interpretes porque o prefeito não achava necessário, então é complicado, a gente se vira com o que tem.	A escola só fornece o apoio quando a professora acha importante o meu trabalho, é ela quem determina se é necessário que eu tenha apoio, se eu chego em algum ano e a professora não acha que minha presença vai ajudar logo começa a coordenação me chamar

		para substituir, para fazer algo administrativo e assim vai.

Com as respostas apresentadas podemos analisar que ambas as interpretes chegam a um denominador comum que é a falta de apoio e incentivo por parte da escola, governo e até mesmo dos próprios alunos que querem fazer parte do contexto e ter uma interprete ao lado os deixa diferentes dos demais.

A escola por sua vez também não ajuda e não vê a necessidade que a criança surda tem para poder receber uma educação de qualidade, pois não basta apenas um interprete ou interlocutor dentro da sala de aula acompanhando, mas todo o suporte necessário.

Dentro dessa pesquisa foi observado vários problemas como, por exemplo, a insistente retirada do interprete para substituição de aulas dentro da própria escola, ou aulas dadas com data show, sem uma legenda, o que dificulta a visão do aluno para com a interprete e por consequência o conteúdo estudado. Também foi encontrada resistência por parte do aluno ao receber o apoio do interprete, pois se os amigos copiavam a matéria ele também queria fazer a mesma coisa, ainda que não soubesse do que se tratava.

Algumas vezes uma interprete chegou a observar que estava cansada de tentar ajudar o aluno e ele não querer, os pais e professora não ajudarem e nem incentivarem o trabalho, era como se ninguém acreditasse realmente que o aluno poderia ter uma educação de qualidade e se tornar um cidadão.

Segundo Soares (2004), a ação comunicativa no ambiente escolar é extremamente importante para a construção de significados, mediante a necessidade de construção comunicativa estabelecida.

Quadro 4: Discriminação do interprete na escola e na sala de aula

	Interprete A	Interprete B
Preconceito quanto a sua atuação como interprete.	Preconceito? Acho que não... por parte da minha família eu acho que não, sempre tive o apoio. A gente encontra dentro das escolas, mais esse preconceito eu também encontrei quando fui fazer o estágio para a faculdade, os professores olham com uma cara	Graças a Deus não encontrei nenhum tipo de preconceito sempre tive muito apoio da minha família e fui muito bem recebida ela comunidade surda.

	e dizem: “ ta doida? Eu se tivesse sua idade ia fazer alo que dava dinheiro e não dor de cabeça”	
Comportamento dos demais alunos com a presença de interprete em sala de aula.	Todo começo de ano é a mesma coisa, já vou até preparada..rs... eu chego e sento do lado do aluno que vou auxiliar, ai as crianças olham com uma cara querendo saber o que está acontecendo. Nisso a professora explica fala que vou ficar o tempo todo ali ajudando o colega que não ouve e eu vou explicando pro aluno em LIBRAS, ai o aluno já se sente envergonhado porque está chamando a atenção, algumas crianças riem dos sinais, outras tentam imitar e nisso o aluno já não quer mais minha presença lá e começa toda a minha luta para conseguir trabalhar.	No começo é difícil, é novidade, eles querem vir, sentar no colo quando são menores, querem aprender LIBRAS também, depois vão se acostumando. Essa turminha que estou a três anos então, já nem incomoda mais, sou parte deles.

Em relação ao comportamento das crianças ouvintes as interpretes descrevem que no começo de cada ano letivo as reações são sempre as mesmas, curiosidade, surpresa e dependendo da idade discriminação com o aluno surdo e com elas próprias.

Dentro da própria escola de atuação, o preconceito com o trabalho de interprete é grande, pois não há o devido reconhecimento da profissão. Porem, é papel de a instituição escolar lembrar que necessidades de organização do ambiente escolar e a formação dos professores para garantir o direito de todos os alunos à educação, são relatadas desde a Declaração de Salamanca (1994), na qual é citada que toda criança tem o direito à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, sendo que todas as crianças possuem habilidades e necessidades que são únicas, e por isso, devem ser atendidas e respeitadas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse trabalho foi possível analisar parte do contexto histórico e social da trajetória do interprete de LIBRAS e do processo educacional do aluno com surdez.

O aluno com surdez passou por muitas dificuldades e ainda passa para ser aceito na sociedade e poder ter uma educação de qualidade. Muitas vezes a rejeição do professor ou dos colegas torna muito mais difícil trabalhar e educar o aluno surdo e por sua vez a qualidade da educação decai.

Para o interprete o trabalho dentro da sala de aula é muito difícil de ser realizado com uma boa qualidade, pois encontra pelo caminho várias dificuldades como falta de apoio e incentivo e até mesmo a rejeição pelo próprio aluno surdo.

O intérprete de LIBRAS desempenha um papel fundamental para a educação de alunos surdos em classes comuns. Legalmente, este profissional deve propiciar aos alunos surdos o acesso aos conhecimentos que são transmitidos pela professora, e viabilizar a comunicação entre surdos e ouvintes.

Diante das práticas observadas nas escolas campo de investigação, constatou-se que as ações que os interpretes exercem vão muito além do que a lei requer para este profissional. O interprete, geralmente, é o único sujeito na escola que compreende o aluno surdo e consegue estabelecer relações comunicativas significativas com eles.

Durante o ano de 2014 em observações, conversas e entrevistas fizeram com que durante a realização desta pesquisa o foco estivesse não só no trabalho do interprete de LIBRAS, o qual muitas vezes é compreendido como um simples auxiliar de uma criança com surdez, mas também foi possível vislumbrar todos os medos, anseios e dificuldades que esses profissionais encontram no seu dia a dia, o quanto esse trabalho é feito com todo amor e dedicação pois com todas as dificuldades o desânimo muitas vezes aparecia e abatia os profissionais.

Todavia, o papel do intérprete ou interlocutor deve estar claro, não somente para ele mesmo, mas para os alunos, professores e todos os agentes da organização escolar, para evitar que seu trabalho torne-se ainda mais dificultoso ao ser desenvolvido de forma insegura.

Quanto à atuação do interlocutor de LIBRAS na sala de aula, verificou-se que os profissionais assumiam uma série funções, como substituir a professora quando necessário, esclarecer as dúvidas do aluno surdo e dos demais alunos

quando lhe perguntavam, e apoio ao aluno surdo na realização dos exercícios em sala de aula, muitas vezes sem a intervenção do professor. Tal constatação indica que, embora ambas as interlocutoras compreendam a sua função do ponto de vista legal, na prática se responsabilizam por ações que seriam mais pertinentes aos professores. Além disso, em muitos momentos foi observado que os professores demonstraram por suas ações, dificuldades em reconhecer as responsabilidades das interlocutoras, delegando a estas, obrigações que não faziam parte de sua função.

Esse conflito existente sobre o papel do intérprete de LIBRAS na sala de aula revela o quão é importante que se tenham esclarecimentos precisos acerca de suas funções, através de formações que favoreçam a identificação e o reconhecimento deste profissional.

Sobre o trabalho colaborativo entre o professor e o intérprete ou interlocutor, conforme descrito na literatura, permite dizer que o trabalho colaborativo é capaz de favorecer o trabalho de ambas as partes, pois, o acesso prévio aos conteúdos que serão trabalhados pelo professor e permite que o interlocutor planeje estratégias que contribuam para o ato de traduzir e interpretar. Além disso, estabelecer parcerias possibilita que o intérprete auxilie o professor com adaptações e adequações dos conteúdos pedagógicos, em busca de metodologias que facilitem o processo de ensino-aprendizagem dos alunos surdos.

Dessa forma, se espera que esse trabalho possa contribuir com futuros educadores para o auxílio e desenvolvimento de trabalhos que envolvam a atuação do interprete de Libras no contexto escolar, elaboração de materiais didáticos e estreitamento dos laços que envolvem os profissionais que atuam no processo de escolarização do aluno com surdez usuário da Libras.

REFERENCIAS

ALBRES, N.A. **A educação de alunos surdos no Brasil do final da década de 1970 a 2005**: análise dos documentos referenciadores. Campo Grande: UFMS, 2005. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <http://editora-arara-azul.com.br/cadernoacademico/007_teseneiva.pdf>. Acesso em: 15 out 2014.

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição Federal**. 6. ed. Brasília: Manole, 2014.

_____. **Lei nº. 10.436 de 24 de Abril de 2002**. Reconhecimento da Língua de Sinais e de outras providências. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em: 12 mar. 2014.

_____. Ministério da Ação Social. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: MAS/CORDE, 1994.

_____. Ministério da Educação. **Portaria Nº 3.284**. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

_____. **Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 12 mar. 2014.

_____. **Lei nº. 12.319 de 1 de Setembro de 2010**. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Brasília, 2010.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm>. Acesso em: 12 mar. 2014.

BEVILACQUA, M. C. Conceitos básicos sobre a audição e deficiência auditiva. **Cadernos de audiologia**. Bauru: HPRLLP-USP, 1998.

COUTO, L. Educação do deficiente auditivo pelo método Perdoncini. In: CONGRESSO IBERO AMERICANO DE EDUCAÇÃO, 3, 1998. **Anais...** Foz do Iguaçu, 1998.

DELIBERATO, D. Ensino do aluno surdo: um esboço sobre métodos e técnicas empregadas na área. In: MANZINI, E. J. **Linguagem, cognição e ensino do aluno com deficiência**. Marília: UNESP, 2001. p. 13-53.

GOLDFELD, M. **A criança surda**: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. São Paulo: Plexus, 2002.

MAGALHÃES, M.C.C. Etnografia colaborativa e desenvolvimento de professores. **Trabalho, Linguagem e Aplicação**, Campinas, v. 23, p.71-78, 1994.

MARCHESI, A. A educação da criança surda na escola integradora. IN: COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. **Desenvolvimento Psicológico e educação**: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Rio de Janeiro: Artmed, 1995, v.3.

PERLIN, P; STROBEL, K. **Fundamentos da educação de surdos**. Notas do curso Fundamentos da Educação e Surdos. Florianópolis: UFSC, 2006. Disponível em: <<http://www.drb-assessoria.com.br/fundamentoseeducacaodesurdos.pdf>> Acesso em: 15 mar. 2014.

QUADROS, R. M. de. **As categorias vazias pronominais**: uma análise alternativa com base na LIBRAS e reflexos no processo de aquisição. Porto Alegre: PUCRS, 1995. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.apilrj.org.br/teses_dissertacoes.html>. Acesso em: 2 mar. 2014.

ROSA, A.S. Tradutor ou professor?: Reflexão preliminar sobre o papel do intérprete de língua de sinais na inclusão do aluno surdo. **Ponto de Vista**, Florianópolis, n. 8, p.75-95, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/view/1106/904>>. Acesso em 10 maio 2014.

SCHIAVON, D.N. ; ZANATA, E. M.. Inclusão e alfabetização de surdos: uma análise da prática docente. In: ZANATA, E. M. et al (Org.). **Formação docente e universalização do ensino**: proposições para o desenvolvimento humano. São Paulo: Cultura Acadêmica. 2011.v. 01, p. 495-501.

SKLIAR, C. **Educação e exclusão**: abordagens sócio-antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 1997.

SOARES, M. A. L. A atuação do especialista em educação de surdos junto ao ensino regular. In: ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, 12, 2004, Curitiba. **Anais...**Curitiba: ENDIPE, 2004. v. 1. p. 2022-2035.

TAVARES, C.N.V. A identidade surda do surdo que se quer fazer ouvir. **Horizonte Científico**, Uberlândia, v. 26, p. 53-62, 2008.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ZANATA, E.M. **Práticas pedagógicas inclusivas para alunos surdos numa perspectiva colaborativa**. São Carlos: UFSCAR, 2004. Tese de doutorado apresentada ao programa de pós-graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos. Disponível em: <http://www.btdtd.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=557>. Acesso em: 12 mar. 2014.

ZANATA, E.M.; MENDES, E.G.M. Histórias legais e reais da educação do surdo na rede estadual de ensino do estado de São Paulo. In: WAGNER JUNIOR, A. (org). **Faces das práticas inovadoras**: da creche aos anos iniciais da alfabetização. Bauru: Canal 6, 2008. p.136-156.

ZICH, A.C. **Avaliação do processo de escolaridade de pessoas surdas e sua interação no contexto social**. Campinas: UNICAMP, 2003. Tese de doutorado apresentada ao programa de pós-graduação de Educação Especial. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000314244>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

APÊNDICE A

Entrevista realizada com as interpretes de Libras

1. Há quanto tempo você trabalha como interprete de LIBRAS?
2. Qual a sua formação?
3. Na sua formação você já tinha a vontade de trabalhar como interprete de LIBRAS?
4. Como é realizado o seu trabalho?
5. Você acha que ele ocorre de forma correta?
6. Alguma vez você teve que substituir a professora da classe ou ajudar outros alunos que não fossem inclusão?
7. O que você acha que falta para melhorar o seu trabalho com a inclusão?
8. Você encontrou algum tipo de preconceito quando decidiu trabalhar na área de educação inclusiva?
9. Como os outros alunos se comportam em relação a sua presença dentro da sala de aula?
10. A escola fornece todo o apoio necessário para que o seu trabalho ocorra de forma correta?

ANEXO A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Resolução nº 196/96 – Conselho Nacional de Saúde

Sr^a. Interprete de Libras, você foi escolhida e está sendo convidada a participar da pesquisa intitulada: “**O interprete de Libras nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental**”, que tem como **objetivo geral** investigar a importância do interprete no processo educacional da criança surda e buscar mapear as possíveis dificuldades encontradas por ele dentro do seu espaço de trabalho, sob a ótica do interprete que atua em sala de aula.

Suas respostas serão tratadas de forma **anônima** e **confidencial**, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada uma vez que seu nome será substituído de forma aleatória. Os **dados coletados** serão utilizados para esta pesquisa e os resultados divulgados em eventos e/ou revistas científicas.

Sua participação é **voluntária**, isto é, a qualquer momento você pode **recusar-se** a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e **retirar seu consentimento**. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição que trabalha. Sua **participação**, nesta pesquisa, consistirá em responder as perguntas a serem realizadas sob a forma de questionário.

Salientamos que não terá nenhum **custo ou quaisquer compensações financeiras**. **Não haverá riscos** de qualquer natureza relacionada à sua participação. O **benefício** relacionado à sua participação será de aumentar o conhecimento científico a área de educação. Vossa Senhoria poderá copiar este termo onde consta o contato da Prof.^a orientadora e da pesquisadora, caso haja necessidade de tirar as suas dúvidas sobre a pesquisa e sua participação. Desde já agradecemos!

Prof.^a Dr.^a Eliana Marques Zanata
Orientadora
e-mail: lizanata@fc.unesp.br...

Lívia Fini Rodrigues
Orientanda
e-mail: livia_swa@hotmail.com

Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” UNESP/Bauru

AUTORIZAÇÃO

Bauru, ____ de _____ de 2014.

Declaro estar ciente do inteiro teor deste TERMO DE CONSENTIMENTO e estou de acordo em participar do estudo proposto, sabendo que dele poderei desistir, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento.

Nome e assinatura do participante da pesquisa

ANEXO B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Resolução nº 196/96 – Conselho Nacional de Saúde

Sr^a. Interprete de Libras, você foi escolhida e está sendo convidada a participar da pesquisa intitulada: “**O interprete de Libras nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental**”, que tem como **objetivo geral** investigar a importância do interprete no processo educacional da criança surda e buscar mapear as possíveis dificuldades encontradas por ele dentro do seu espaço de trabalho, sob a ótica do interprete que atua em sala de aula.

Suas respostas serão tratadas de forma **anônima** e **confidencial**, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada uma vez que seu nome será substituído de forma aleatória. Os **dados coletados** serão utilizados para esta pesquisa e os resultados divulgados em eventos e/ou revistas científicas.

Sua participação é **voluntária**, isto é, a qualquer momento você pode **recusar-se** a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e **retirar seu consentimento**. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição que trabalha. Sua **participação**, nesta pesquisa, consistirá em responder as perguntas a serem realizadas sob a forma de questionário.

Salientamos que não terá nenhum **custo ou quaisquer compensações financeiras**. **Não haverá riscos** de qualquer natureza relacionada à sua participação. O **benefício** relacionado à sua participação será de aumentar o conhecimento científico a área de educação. Vossa Senhoria poderá copiar este termo onde consta o contato da Prof.^a orientadora e da pesquisadora, caso haja necessidade de tirar as suas dúvidas sobre a pesquisa e sua participação. Desde já agradecemos!

Prof.^a Dr.^a Eliana Marques Zanata
Orientadora
e-mail: lizanata@fc.unesp.br...

Lívia Fini Rodrigues
Orientanda
e-mail: livia_swa@hotmail.com

Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” UNESP/Bauru

AUTORIZAÇÃO

Bauru, ____ de _____ de 2014.

Declaro estar ciente do inteiro teor deste TERMO DE CONSENTIMENTO e estou de acordo em participar do estudo proposto, sabendo que dele poderei desistir, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento.

Nome e assinatura do participante da pesquisa